



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE/PE – 30ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE
AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL**
PROCESSO Nº: **297696-5**
EMBARGANTE: **TELEMAR NORTE LESTE S/A**
EMBARGADO : **WALTER DE SOUZA GOMES JÚNIOR**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

EMENTA

**DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EM RECURSO DE AGRAVO TIRADO EM APELAÇÃO CÍVEL -
DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO A APELAÇÃO CÍVEL
- AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – CORTE INDEVIDO
DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA -
REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ APRECIADA – DESCABIMENTO –
À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE OS EMBARGOS DE
DECLARAÇÃO.**

I – O manejo dos embargos de declaração tem por finalidade precípua apreciar possíveis omissões, obscuridades e contradições, e, ainda, eventualmente emprestar efeito infringente, na hipótese de manifesto erro material ou de manifesta nulidade do acórdão, quando não existente outro recurso cabível à espécie.

II – No caso em tela, todas as questões já foram plenamente exauridas, não havendo de se falar em divergência jurisprudencial

III - Pretensão de reabertura da matéria embargada, refugindo assim do âmbito dos Embargos de Declaração.

IV – À unanimidade de votos, rejeitou-se os presentes Embargos de Declaração.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0297696-5, figurando como Embargante, **TELEMAR – NORTE LESTE S/A**, e, como Embargado, **WALTER DE SOUZA GOMES JÚNIOR**; Acordam os Desembargadores que compõem a **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em **REJEITAR** os presentes aclaratórios, mantendo na íntegra a decisão recorrida, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 29-05-2014.


Itabira De Brito Filho
- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE/PE – 30ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE
AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL**
PROCESSO Nº: **297696-5**
EMBARGANTE: **TELEMAR NORTE LESTE S/A**
EMBARGADO : **WALTER DE SOUZA GOMES JÚNIOR**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

R E L A T Ó R I O

TELEMAR – NORTE LESTE S/A, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos, por seu bastante procurador, interpôs os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, desafiando acórdão proferido por essa 3ª Câmara Cível do TJ/PE, que houve por **negar provimento** a Recurso de Agravo, que, por sua vez, desafiava decisão terminativa de minha lavra, que havia **dado provimento parcial** ao Recurso de Apelação Cível nº 297696-5, que fora manejado pelo Sr. **WALTER DE SOUZA GOMES JÚNIOR**, para modificar a sentença, a fim de arbitrar indenização por danos morais para o importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em razão da inclusão indevida do nome do consumidor no rol de inadimplentes.

Inconformado com os termos do julgado, alega o Embargante que ingressou com os presentes Embargos de Declaração, para fins de pré-questionamento, bem como para expungir omissão relativa ao valor fixado a título de danos morais.

Nesse sentido, pugna pelo conhecimento e provimento dos presentes aclaratórios, com vistas a ser esclarecida essas questões.

É o relatório.

Recife, 29 de 05 de 2014


ITABIRA DE BRITO FILHO
Des. Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE/PE - 30ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE
AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL**
PROCESSO Nº: **297696-5**
EMBARGANTE: **TELEMAR NORTE LESTE S/A**
EMBARGADO : **WALTER DE SOUZA GOMES JÚNIOR**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

VOTO DO RELATOR

Cuidam os presentes autos de Embargos de Declaração, cuja irresignação é decorrente de suposta divergência jurisprudencial existente no julgado que negou provimento a Recurso de Agravo, e, de consequente, manteve a decisão terminativa que havia **dado provimento parcial** ao Recurso de Apelação Cível que fora interposto pelo Sr. Walter de Souza Gomes Júnior, no sentido de arbitrar indenização por danos morais.

Como é cediço, nos precisos termos do art. 535 do Estatuto de Rito, os Embargos de Declaração tem por finalidade propiciar a integração do julgado, na hipótese de ter ocorrido omissão a ponto ou questão sobre a qual deveria se pronunciar, e, ou, eventuais esclarecimentos quanto à obscuridade ou contradições contidas no pronunciamento judicial, possibilitando, ainda, em caráter excepcionalíssimo, emprestar efeito infringente ao julgado, na hipótese de manifesto erro material ou de manifesta nulidade do acórdão, quando não existente outro recurso cabível à espécie.

No caso em tela, não há que se falar na existência de qualquer omissão, uma vez que a questão foi amplamente exaurida, de modo a deixar claro o ato ilícito cometido pela TELEMAR, quando indevidamente suspendeu o fornecimento de energia elétrica, ensejando assim a condenação por danos morais.

33A
d

Nesse sentido, para que não parem dúvidas a esse respeito, passo a transcrever trecho de meu voto que bem ressalta que não houve qualquer omissão, senão vejamos :

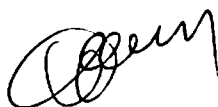
“...Ora, restando comprovado que o Autor efetivamente não celebrou contrato de prestação de serviços de telefonia fixo com a TELEMAR, não há dúvidas quanto à sua (dela) responsabilidade por todos os demais atos que importaram na cobrança indevida de parcelas mensais, consoante extratos que foram vindos à colação.(fls. 13/17).

Demais disso, não se pode deixar de reconhecer que o Autor/Recorrente tentou resolver administrativamente o problema, sem, contudo, ter logrado êxito, o que lhe obrigou a ingressar com uma demanda em Juízo, a fim de obter uma declaração judicial de nulidade do contrato.

Nessa linha de raciocínio, em que pese realmente não tenha sido comprovada a inclusão do nome do Autor/Recorrente nos cadastros de negativação de crédito, ainda assim entendo que o mesmo faz jus à indenização de ordem moral com vistas a mitigar todos os desgastes experimentados por ato de negligência da TELEMAR, quando deixou de tomar os cuidados necessários a evitar uma fraude contratual, sobretudo quando foram utilizados os seus dados pessoais para firmar contrato, e, ainda mais quando efetivamente houve cobrança decorrente de serviços que sequer o Autor tinha conhecimento.

É de se ressaltar que o Autor/Recorrente nunca, em momento algum, celebrou qualquer contrato de telefonia fixa com a TELEMAR, nem tampouco contribuiu de alguma forma para os dissabores que teve de enfrentar, a despeito de ter tentado resolver administrativamente o problema.

E, nesse diapasão, pouco importa se o banco, por meio de seus prepostos, agiu de má-fé ou não, o que na verdade importa é que a Recorrente não celebrou contrato, e, portanto, não poderia ter sido alvo de cobranças, notadamente quando não participou de qualquer relação negocial com a empresa Recorrida.



239
11

Doutro turno, dentro dessa linha de raciocínio, não adianta igualmente a TELEMAR alegar que foi vítima de fraude, pois deveria ele adotar procedimentos mais seguros, no intuito de evitar problemas dessa natureza.

A jurisprudência do nosso Superior Tribunal de Justiça é pacífica em casos idênticos, donde está clarificada a negligência da empresa fornecedora de serviço, senão vejamos :

RESPONSABILIDADE CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL. FRAUDE PRATICADA POR TERCEIRO. RISCO DA ATIVIDADE. DANO EXTRAPATRIMONIAL. VALOR FIXADO A TÍTULO COMPENSATÓRIO. PROPORCIONALIDADE. SÚMULA 7/STJ. JUROS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 54/STJ. DECISÃO AGRAVADA, QUE SE MANTÉM, POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que a pactuação de contrato mediante fraude praticada por terceiro, por constituir risco inerente à atividade econômica desenvolvida, não elide a responsabilidade da empresa pelos danos daí advindos. Precedentes.

2. É pacífico o entendimento deste Tribunal no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de proporcionalidade, o que não se evidencia no presente caso. Precedentes.

3. Na responsabilidade extracontratual, a mora se dá no momento da prática do ato ilícito, tendo-se na data do evento danoso o dies a quo a partir do qual se inicia o cômputo dos juros moratórios previstos em lei. Súmula 54/STJ.

4. Agravo regimental não provido. (STJ - 4ª Turma - Rel. Min. Raul Araújo - AgRg no AREsp 241516/MG - J.06.08.2013).

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. JULGAMENTO PELA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. DANOS CAUSADOS POR FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. RISCO DO EMPREENDIMENTO.



340
R

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno.

2. Recurso especial provido. (STJ – 2ª Seção – Rel. Luís Felipe de Salomão – REsp nº 1.199.782-PR – j. 24.08.2011).

A responsabilidade civil e, conseqüentemente, a obrigação de indenizar, têm como pressupostos o erro da conduta do agente, do dano efetivamente produzido e o nexo de causalidade entre um e outro. Apenas a coexistência de todos os requisitos e não apenas de um ou de alguns deles, dá ensejo à reparação.

Desta forma, configurada a negligência da empresa e a cobrança indevida, cabível é a indenização a título de dano moral.

Nesse norte, quanto ao grau de culpa da demandada, tem-se que esta comprovadamente agiu de forma negligente, deixando de tomar as medidas necessárias a evitar fraude nos seus contratos.

Quanto às repercussões do evento danoso, verifica-se que a autora teve que suportar diversas cobranças em seu nome, bem como teve mesmo de ingressar em Juízo, a fim de buscar uma declaração judicial de nulidade de contrato fraudulento firmado em seu nome, não tendo a empresa Recorrida se movimentado para regularizar a referida situação.

Pelo exposto, tenho que valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) é inteiramente proporcional ao dano sofrido, vez que se mostra razoável e proporcional com o caso em tela, servindo assim para compensar a ofensa sofrida, não se configurando em enriquecimento sem causa. Ora, restando comprovado que o Autor efetivamente não celebrou contrato de prestação de serviços de telefonia fixo com a TELEMAR não há dúvidas quanto à sua (dele) responsabilidade por todos os demais atos que importaram na cobrança indevida de parcelas mensais, consoante extratos que foram vindos à colação.



341/2

Deste modo, é extema de dúvidas que os presentes aclaratórios, visam unicamente reabrir a discussão sobre matéria já examinada.

Diante do exposto, rejeito os Embargos de Declaração interpostos contra a decisão atacada, para mantê-la em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 29 de 05 de 2014.


ITABIRA DE BRITO FILHO
Des. Relator